

EM DESTAQUE

O acesso ao ensino superior

19/01/2004

Chegou a hora e a vez do vestibular. Chegou o momento em que o Estado tem o dever de regulamentar, adequando às novas realidades, o sistema de acesso dos brasileiros ao ensino superior. Vamos recapitular um pouco como tem sido nos últimos 50 anos este ingresso e a absoluta desordem atual.

A proliferação das escolas superiores particulares criou outro problema além de manter, ainda que camuflada, a realidade dos excedentes

O início foi bastante dramático para os candidatos. A porta era muito estreita e só chegavam a entrar na faculdade os brasileiros e brasileiras que estivessem devidamente preparados, dominando, nos primeiros tempos, os conteúdos do ensino médio que era oferecido em forma de clássico, científico e normal (formava as Normalistas ? professoras primárias). As provas de seleção eram escritas e orais, estas diante de bancas de catedráticos.

Não havia a universalização da oferta do ensino básico e muito menos do médio. Se a oferta era estreita, a demanda também ficava restrita a privilegiadíssima faixa da sociedade. A educação superior era oferecida apenas pelas instituições de ensino públicas e por poucas e, em geral, boas escolas particulares. Introduziu-se em seguida, a exigência de que as provas abrangessem o conteúdo de oito disciplinas básicas do ensino médio, aí incluída uma língua estrangeira.

Com a explosão demográfica e o crescimento do ensino médio, sobretudo, na escola particular, aumentou-se a pressão sobre o nível superior. Foi quando se deu a grande crise estudantil, um dos pilares do movimento pelas "reformas de base", com seu ápice no governo Goulart.

Na área estudantil tínhamos a UNE, politicamente forte, que abriu guerra pela inclusão na universidade dos chamados "excedentes". Os estudantes não queriam um facilitário, mas não aceitavam que a linha de corte no resultado do vestibular ficasse no limite das vagas, mas sim, no limite dos candidatos que houvessem alcançado a nota mínima que os tornava aptos ao ensino superior.

A multidão dos candidatos que se situavam entre a linha de corte do limite de vagas e dos que haviam "passado", sobretudo, na universidade pública, era superior ao número de calouros. Daí o

surgimento de um dos mais justos e incendiários momentos da política estudantil. Tanto antes do golpe de 64, quanto nos quatro anos seguintes, quando da violenta repressão policial no restaurante estudantil Calabouço no Rio de Janeiro, que culminou com a morte do estudante secundarista Edson Luís.

A reforma universitária, providenciada às pressas pelo regime militar, acabou com os excedentes, simplesmente, eliminando-os. O vestibular deixou de ser eliminatório e passou a ser meramente classificatório e as universidades só poderiam liberar listas no limite das vagas.

Hoje, a proliferação das escolas superiores particulares criou um outro problema além de manter, ainda que camuflada, a realidade dos excedentes. ? sabido, por exemplo, que se houvessem vagas, dos mais de 70 mil candidatos que fizeram o vestibular na UFMG este ano, pelo menos entre 10 a 15% teriam chegado a universidade.

Mas tão grave quanto o problema dos excedentes não listados, é o vale-tudo que está ocorrendo no ensino particular. Oferecendo mais vagas do que o número de candidatos devidamente preparados e que podem pagar, as escolas apresentam as mais variadas formas de ingresso hoje facilitado pelo eufemismo da expressão "processo seletivo". Assim, temos vestibulares sérios, mas que por serem meramente classificatórios, introduzem, nos cursos de menor demanda, todos os candidatos, o que deteriora a qualidade do ensino.

Temos o chamado acesso direto à universidade, com provinhas todas as semanas e matrícula imediata. Temos matrícula apenas com inscrição, sem que se exija do aluno qualquer prova. E, temos ainda, outra pérola da imaginação criadora: a matrícula do candidato que apresente apenas declaração de que prestou vestibular em qualquer outra instituição. Tudo bem se o ensino médio fosse confiável e seu resultado medisse a capacidade de o aluno ingressar no ensino superior. Então poderíamos ter, como em alguns países da Europa, a simples inscrição do candidato na universidade. Mas, como estamos longe desse patamar, temos que ir por etapas. Esta é a razão por que gostaria de abrir um debate sobre a necessidade ou não de intervenção do Estado na questão do acesso ao ensino superior. Mas esse assunto merece capítulo à parte e, assim, convido o paciente leitor a aguardar a próxima coluna.

Fonte: Estado de Minas Online

Fontes: